



**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, público presente e todos que nos acompanham pela Rádio e TV Alems. *"Ata da Quadragésima Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata Quarenta e Oito da Quadragésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 143/2025, do Poder Executivo; Ofício nº 121774/2025, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ofício nº 203/2025, do Ministério Público do Trabalho; e-mail do Transferegov.br; Ofícios nºs 30.551, 30.555, 30.563, 30.575, 30.579, 30.583, 31.150, 31.155, 31.165 e 31.169/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 93.077/2025, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 789 e 796/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofício nº 935/2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável de Campo Grande; Ofício nº 917/2025, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande; Ofício nº 93/2025, da Fundação Municipal de Cultura de Ladário; Ofício nº 15/2025, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Nova Alvorada do Sul; Cartas nºs 459 e 471/2025, da Energisa de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Lia Nogueira, Caravina, Renato Câmara e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Henrique, Neno Razuk e Jamilson Name. Ausência justificada do deputado Paulo Duarte. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Gleice Jane e Professor Rinaldo. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 130/2024, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 291/2024, de autoria do deputado Lidio Lopes. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 104/2024, de autoria da deputada Gleice Jane. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada aos familiares Francisco Assis Borges;*



*requerimento de moção de repúdio, de autoria dos deputados Mara Caseiro e Caravina, oferecida ao ato de extrema violência praticado contra a conselheira tutelar Néia Ibanheis, ocorrido no município de Bela Vista, no dia 20 de maio de 2025, durante o exercício de suas funções legais de proteção à infância e adolescência; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à nova Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Adufms – Seção Sindical do Andes-SN), na pessoa de seu presidente, professor José Roberto Rodrigues de Oliveira, pela posse e início da nova gestão à frente desta respeitável entidade representativa; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à nova diretoria do Sindicato dos Condutores de Veículos em Transporte Rodoviário de Nova Andradina, na pessoa de seu presidente, senhor Almir Roberto dos Santos, pela recente posse e início de uma nova gestão à frente desta importante entidade sindical; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Associação dos Avicultores de Mato Grosso do Sul (Avimasul), pela realização do Quarto Fórum Avimasul 2025, evento que reafirma o compromisso da entidade com o fortalecimento da avicultura sul-mato-grossense e com o desenvolvimento sustentável do setor; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Comissão Organizadora das Provas de Laço em Dupla, Três Tambores e Ranch Sorting, conhecidas como "Provas Funcionais do Amor", no município de Nova Andradina; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada à Escola Estadual Carmelita Canale Rebuá; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos integrantes das forças de segurança pública identificados, pela destacada e corajosa atuação na "Operação Dédalo", deflagrada em 14 de maio de 2025 pela Denar, com apoio operacional do Garras, para o cumprimento de mandados de busca, apreensão e prisão temporária em diversos municípios do estado; requerimento, de autoria do deputado Gerson Claro, solicitando que seja concedido, nos termos da Resolução nº 18, de 27 de maio de 2008, o Diploma de Ilustre Visitante ao senhor Lawrence Manzi, embaixador da República de Ruanda; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Pedro Kemp, Renato Câmara, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Antonio Vaz, Zeca do PT, Caravina, Mara Caseiro, Lidio Lopes e Coronel David. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e sete de maio do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Deputado Professor Rinaldo, alguma manifestação sobre a ata? Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte — que nos representou, ontem, no Congresso de Direito Tributário —, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente. Vamos falar sobre esse tema daqui a pouco. Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 de maio de 2025: Ofício nº 341/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Polícia Rodoviária Federal, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 083/2025); Ofício nº 0272/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando extinção contratual (Prot. nº 1809/2025); Ofício nº 139/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 734/2025); Ofício nº 205/2025, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul,

encaminhando convite para treinamento sobre o Sistema e-Sfinge; Ofícios nºs 743 e 745/2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David e Lucas de Lima (Prot. nºs 604, 310/2025); Ofícios nºs 829, 832 e 834/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp, Lucas de Lima e Coronel David (Prot. nºs 544, 296, 414, 1322/2025); Ofício nº 5.418/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo ao requerimento e às indicações dos deputados Marcio Fernandes, Lucas de Lima e Pedro Kemp (Prot. nº 845, 383, 930/2025); Ofício nº 79/2025, do Sindicato dos Servidores da Prefeitura e Câmara de Aquidauana, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 901/2025). O expediente foi lido, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma moção de apoio à senhora Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em razão dos atos de misoginia e desrespeito sofridos durante sua participação na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal no dia 27 de maio. A moção poderá ser assim redigida: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos ideais e aspirações do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, aprova moção de apoio à senhora Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em razão dos atos de misoginia e desrespeito sofridos durante sua participação na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, no dia 27 de maio de 2025. Considerando que: I) a ministra Marina Silva, reconhecida internacionalmente por sua trajetória na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, foi vítima de comportamentos misóginos e manifestações desrespeitosas por parte de alguns parlamentares durante reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal; II) tais atitudes reforçam a cultura de violência política de gênero, que busca deslegitimar e intimidar mulheres em espaços de poder, especialmente aquelas que ocupam cargos de destaque na vida pública; III) a luta pela democracia e pela justiça socioambiental exige respeito ao debate qualificado, sem ataques pessoais, assédio ou discriminação baseada em gênero, raça ou posicionamento político; IV) a solidariedade é fundamental para se combater a violência política contra mulheres e garantir que suas vozes sejam ouvidas com a devida dignidade. Por tudo isso, manifestamos: I) total solidariedade à ministra Marina Silva, repudiando veementemente qualquer forma de desrespeito, assédio ou discriminação sofridos por ela; II) apoio à sua luta em defesa do meio ambiente, dos povos tradicionais e de um desenvolvimento sustentável para o Brasil; III) repúdio à misoginia e à violência política de gênero, que não podem ser toleradas em nenhum espaço institucional; IV) chamamento à sociedade e às instituições para que reafirmem o compromisso com o respeito, com a igualdade de gênero e com a democracia. Que esta moção sirva como registro histórico de resistência contra o machismo estrutural e de reconhecimento à trajetória inspiradora da ministra Marina Silva, orgulho do povo brasileiro". Eu tive a

oportunidade, ontem, de assistir, no Jornal Nacional, à matéria falando do que aconteceu na Comissão de Infraestrutura do Senado; e foi revoltante, deputada Lia, ver a ministra sendo atacada, desrespeitada por senadores. Atribuo isso ao preconceito que eles têm contra uma mulher, de origem humilde, defensora do meio ambiente... Ser atacada daquela forma! Só posso interpretar que aqueles senhores, na verdade, têm ódio a tudo que ela representa. Marina Silva quer um ambiente saudável não apenas para boi e vaca, mas, para todas as pessoas. Quer um planeta preservado para que a espécie humana tenha a possibilidade de viver com qualidade de vida. Portanto, é uma mulher que veio da luta dos seringueiros na Amazônia, uma mulher que se alfabetizou já adulta, teve que lutar para conquistar seu espaço, e hoje ela é reconhecida no mundo inteiro como uma das maiores defensoras do meio ambiente e ser atacada por aquelas pessoas desqualificadas? Que não deveriam ocupar um cargo no Senado Federal, onde deveria haver pessoas que fazem um debate qualificado, não para tentar desmerecer a importância da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Portanto, fica o nosso repúdio ao que aconteceu e a nossa solidariedade à Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, gostaria de um minuto de atenção de Vossas Excelências. Aprovamos, na Resolução nº 1.808, uma homenagem à Sua Excelência, o embaixador da República de Ruanda no Brasil, o senhor Lawrence Manzi, e estamos concedendo o Diploma de Ilustre Visitante, bem como vamos fazer uma audiência, agora, na presidência. Gostaria de convidar o senhor Lawrence Manzi, embaixador da República de Ruanda, para tirarmos uma foto e registrarmos a presença na Mesa, representando a diplomacia e a cooperação internacional, destacando-se pelo notável compromisso com a defesa dos direitos humanos e pelas relevantes contribuições em fóruns internacionais e pela liderança exemplar na resolução de conflitos e na construção da paz. Em seguida, passo a presidência ao deputado Renato Câmara, para continuar a Sessão, enquanto fazemos a audiência na Sala da Presidência.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente...

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Na verdade não é nem pela ordem, presidente. Apenas para registrar a presença dos vereadores de Paranaíba: Maurício Gomes de Almeida, o Bugrão; e Zezinho Boca Preta, que estão aqui abrilhantando o nosso Plenário. Obrigado, presidente.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.



**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, rapidamente para dizer a Vossas Excelências que faço minhas as palavras do deputado Pedro Kemp. Chega de preconceito, chega de radicalismo, chega de ódio! Além de fazer minhas as palavras do deputado Pedro Kemp, quero pedir licença a ele, autor da proposição, para que possamos assinar juntos, bem como aqueles que se interessarem por essa manifestação sublime que faz o deputado Pedro Kemp, em defesa de uma das mulheres mais importantes que este país tem. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Registrado, nobre deputado. Quero saudar o senhor Márcio Barbosa de Souza, o Marcinho Souza, vereador do município de Coxim, e o senhor Maurício Gomes de Almeida, também vereador do município de Paranaíba. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e pela TV e Rádio ALEMS. Apresento um projeto de lei, que dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento preferenciais para pessoas com fibromialgia nos estacionamentos públicos e privados do Estado de Mato Grosso do Sul. Fica assegurado às pessoas diagnosticadas com fibromialgia o direito de utilizar as vagas de estacionamento preferenciais destinadas a idosos, gestantes e pessoas com deficiência em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. As pessoas com fibromialgia terão direito: à carteira de identificação, que lhes garantirá a comprovação da condição de saúde perante órgãos públicos e privados; e ao cartão de identificação veicular a ser colocado de forma visível no painel do veículo exclusivamente para fins de uso das vagas de estacionamento preferenciais. Ambos os documentos serão emitidos gratuitamente e poderão ser apresentados de forma digital, ou impressa, conforme a preferência do titular. A emissão será de responsabilidade do Poder Executivo estadual por meio de órgão competente, conforme regulamentação específica. Este projeto de lei tem como finalidade assegurar às pessoas diagnosticadas com fibromialgia — esse que é um problema de saúde que acomete principalmente as mulheres e é considerado invisível — o direito de utilizar vagas de estacionamento preferenciais destinadas, atualmente, a idosos, gestantes e pessoas com deficiência em Mato Grosso do Sul. A fibromialgia é uma síndrome caracterizada por dor crônica e generalizada que pode ser acompanhada de fadiga intensa, distúrbios do sono, dificuldades cognitivas, entre outros sintomas que comprometem severamente a mobilidade e a qualidade de vida dos pacientes. Apesar de não ser uma condição visível, seus efeitos limitantes são amplamente reconhecidos pela comunidade médica e pela Organização Mundial da Saúde. Diante disso, estamos apresentando esse projeto de lei, já que é dever do Estado assegurar mecanismos que proporcionem mais conforto e acessibilidade. Também trago uma moção de congratulação que deve ser endereçada ao Departamento de Operações de Fronteira (DOF) pelos seus trinta e oito anos de fundação. Data comemorada hoje, dia 28 de maio. Criado no dia 28 de maio de 1987, por meio de resolução, o então Grupo de Operações Especiais (GOF) iniciou suas atividades com efetivo de dezesseis policiais, sendo oito militares e oito civis, com a missão de realizar o policiamento na região da Grande Dourados, combatendo crimes como narcotráfico, furto e roubo de veículos entre outros. Em 1996, o GOF foi reestruturado e

passou a denominar-se Departamento de Operações de Fronteira, ampliando a sua atuação para toda a faixa de fronteira do estado, incluindo a fronteira com a Bolívia. Hoje, o DOF é considerado um modelo de policiamento integrado das Polícias Civil e Militar, modelo esse que serve como referência para todo o país. É um dos recordistas em apreensões de drogas numa faixa de fronteira extensa de mil, seiscentos e dez quilômetros de fronteira com o Paraguai e com a Bolívia e o seu trabalho é fundamental no combate às ações contra o crime organizado. Por fim, apresento um requerimento que deve ser endereçado ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando informações detalhadas. É mais um requerimento que o nosso mandato apresenta, porque, no último, tivemos informações superficiais, muito vagas. Nós precisamos trazer esse debate, deputada Mara Caseiro, novamente para este Plenário. Porque o que ocorreu aqui na capital do estado foi um crime brutal, sem precedentes. Precisamos, realmente, de ferramentas eficazes no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul. Não podemos normalizar isso e ficar só na base dos índices. Quantas mulheres foram assassinadas? Quantos casos de feminicídio ocorreram em Mato Grosso do Sul este mês? No mês passado? Em 2024? Quer dizer, estamos falando de estatísticas e estamos vendo poucas ações no sentido de combater e enfrentar esse problema em um estado machista. Hoje, Mato Grosso do Sul enfrenta um cenário alarmante de violência contra mulheres. Estamos num cenário negativo em nível nacional. Tivemos, no ano passado, trinta e cinco feminicídios consumados em nível nacional; oitenta e nove tentativas e mais de vinte mil, trezentos e quarenta e quatro ocorrências de violência doméstica e familiar. E este ano, os dados continuam a impressionar de forma negativa: já são quatorze feminicídios consumados em menos de seis meses; o mês de maio está sendo um mês de explosão com relação à violência contra mulher! Ontem, tivemos esse registro brutal desse caso, em que o companheiro matou a própria companheira, a jovem Vanessa Eugênia Medeiros, de vinte e três anos, e a filha do casal, de apenas dez meses, a pequena Sofia. Posteriormente, ele ainda incendiou os corpos e desovou-os em uma área isolada, uma área distante de Campo Grande. Durante o depoimento à polícia, ele confessou o crime e declarou: "Dormi melhor do que sempre, porque me livrei de um problema". O suspeito disse que cometeu o crime porque a mulher lhe cobrou a pensão alimentícia. Não podemos mais conceber crimes como esse, em que jovens como essa, com o futuro inteiro pela frente... O Estado precisa se responsabilizar e tomar medidas eficazes, ágeis, e implementar políticas públicas que sejam impactantes e evitem que mais mulheres sejam mortas aqui no estado. No Grande Expediente, vamos trazer esse tema novamente para a Assembleia. Obrigada, presidente!

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores, vou apresentar duas indicações. A primeira ao governador, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, e ao reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), professor doutor Laércio Alves de Carvalho, solicitando estudos para implantação

do Curso de Biomedicina na unidade da UEMS no município de Ivinhema. É um pedido da Câmara de Vereadores, do prefeito e da primeira-dama daquele município. A outra indicação é endereçada ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a realização de obras de recapeamento na rodovia MS-145, no trecho entre o distrito de Ipezal, em Angélica, e o distrito Pana, no município de Nova Alvorada do Sul... Pela ordem, senhor presidente. Diferente da palavra colocada por um colega, eu quero um país diferente. Sou totalmente contra o que aconteceu, ontem, na comissão do Senado, onde desrespeitaram uma mulher. É falta de respeito ou então machismo, porque acho que todos somos iguais perante a lei, ainda mais nos poderes. O valor de um senador e de uma senadora é igual; mas, toda vez que se discute nesses momentos, eu fico preocupado quando colocam coisas pejorativas. O que tem a vaca e o boi? Primeiro, que é a mesma coisa, o boi é filho da vaca. Segundo, quero um país que tenha petróleo, para poder melhorar o PIB. Um país que tenha ferrovia, para melhorar o transporte. Um país que tenha rodovia, para melhorar também o transporte. Vivemos de commodities; o boi, a vaca, o frango, a soja, o milho são commodities. E precisamos baratear o frete. Só com a construção da rodovia e do porto São Luís do Maranhão, teremos uma economia absurda, em vez de a soja e o milho descerem de Mato Grosso para ir aos portos de Paranaguá e de Santos. Então, quero dizer ao meu colega, que todas as vezes que vem à tribuna defender, e defendeu com muita clareza, que eu defendo o mesmo pensamento dele. Na ação dos senadores, na comissão do Senado, estavam tratando de meio ambiente. Por quê? Porque, desde 2006, está travada uma rodovia que dá acesso ao Norte, e está travada uma ferrovia que será paralela à rodovia que não vai estragar nada do meio ambiente [mas, está parada] por causa de questões indígenas. A terra indígena... É uma falta de inteligência, para não falar o contrário no microfone, porque a terra indígena, o dona dela é a União, o índio é apenas usufrutuário. Quando você chega à comunidade indígena, como no caso de Mato Grosso do Sul, para fazer a rodovia MS-289, de Jateí a Amambai, não conseguimos fazer a rodovia! O projeto está pronto, foi lançado várias vezes porque não conseguimos a licença ambiental. Olha o absurdo! Para conseguir a licença ambiental, tem que afastar dez quilômetros da terra indígena. O que vai acontecer? Eu disse ao governador Riedel: faz; se são noventa quilômetros, faz oitenta e deixa os dez quilômetros, que divide com a reserva indígena, sem asfalto. Só que você vai à reserva indígena, os índios querem... É igualzinha à Tey'i Kue, a rodovia de Caarapó a Laguna Carapã. Ela passa ao meio da rodovia [sic]. Vai fazer um anel viário? Por que a Funai não dá a licença? Porque a ministra de Meio Ambiente não dá a licença. Por quê? Estamos em um país... Você pode ir a qualquer país do mundo, não há um que preserva mais do que o Brasil. Não há nenhum país do mundo que tenha uma lei mais severa do que o Código Florestal Brasileiro, segundo o qual você é obrigado a comprar uma coisa e usar metade, sem nenhum incentivo, sem nenhum privilégio, nem construir as estradas para se baratear o frete do que se produz. Então, quero deixar isso registrado, porque, outro dia, usaram a tribuna para falar: "Não, porque foram os fazendeiros os privilegiados". Não! Os fazendeiros produzem comida e melhoram o PIB em todos os setores. Então, vamos tirar as palavras boi e vaca e vamos dizer sobre o que foi feito, ontem, na comissão do Senado, que foi uma injustiça, porque, faltaram com respeito com a ministra Marina, eu concordo que foi de uma

forma pejorativa, ou autoritária, ou machista, ou sem educação, a atitude dos senadores contra a ministra, que tem todo meu apoio e meu respeito.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, para fazer duas indicações. A primeira, encaminhada ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundesporte, senhor Paulo Ricardo Martins, solicitando a viabilização de materiais esportivos para a realização da quinta edição da Copa Lagoinha, torneio esportivo que será realizado no próximo dia 5 de julho, na Aldeia Lagoinha, no município de Sidrolândia. O evento em questão fará parte das comemorações da Semana das Comunidades Indígenas, da terra indígena Buriti. A segunda indicação também é encaminhada ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, bem como ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Pereira, solicitando a viabilização de uma Patrulha Mecanizada, com implementos agrícolas, para atender às necessidades dos agricultores familiares da aldeia Novo Horizonte, localizada no município de Sidrolândia. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, presidente, deputados e quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems. Apenas para encaminhar uma indicação da comunidade escolar de uma escola pela qual tenho um carinho muito especial, porque foi onde realizei meu estágio do Magistério; depois, na faculdade, eu fiz estágio e, assim que me formei, foi a primeira escola em que dei aula, escola localizada no Conjunto Parati. Chegou uma indicação para encaminharmos à prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Paulo da Silva, da Agetran, para organizar a sinalização em frente à escola, até porque tem acontecido alguns acidentes, dentre eles, nessa segunda-feira passada, uma criança, um aluno da Escola Maestro Heitor Villa Lobos acabou sendo atropelada. Assim, encaminho essa indicação. Apresento uma moção de pesar aos familiares de um grande amigo, professor, meu colega de futebol, Alessandro Nascimento, conhecido como Buiú. Ele faleceu anteontem, na tarde de segunda-feira, era uma das referências do judô sul-mato-grossense, técnico da Federação de Judô. Segundo informações da família, Buiú estava internado na Santa Casa desde o dia 25 de abril, devido a complicações de saúde, após uma cirurgia por estar enfrentando uma pancreatite. Gostaria de encaminhar à Mesa, logo mais, este documento, que trata dessa moção de pesar aos familiares do meu querido Alessandro Nascimento, que, infelizmente, perdeu a vida com 51 anos, por conta dessa patologia. Fico aqui com o coração resignado, ao mesmo tempo agradecido a Deus, pela oportunidade, pelo privilégio que tivemos de conviver, de jogar futebol juntos. Era um camarada que deixa muita saudade. Ontem, no velório, havia centenas de pessoas dando



a demonstração inequívoca de que ele passou pela Terra, deixando um legado de bons exemplos, de humildade e, acima de tudo, de compromisso com a educação e com o esporte. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Senhor presidente, para apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja enviada moção de congratulação à juíza Luiza Vieira Sá de Figueiredo, em razão da sua remoção, por merecimento, para assumir a Quarta Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Campo Grande. É uma pessoa que tem uma história no Judiciário, muito dos seus anos em Corumbá e, com certeza, fará um grande trabalho nessa área tão importante em Campo Grande, na Casa da Mulher Brasileira. Sucesso na caminhada da doutora Luiza.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Senhor presidente, trago uma única indicação, atendendo a um pedido do vereador Alexandre Carlos, de Brasilândia. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à empresa Vivo, com cópia autônoma à gerente de Unidade Operacional da Anatel, em Mato Grosso do Sul, senhora Vera Lúcia Burato Marques Sieburger, solicitando providências para a melhoria do serviço de telefonia móvel e internet no município de Brasilândia, diante da precariedade e instabilidade do sinal, que vêm ocasionando frequentes períodos de falta de cobertura e comprometendo o acesso da população a serviços essenciais, tanto pessoais quanto profissionais. Temos acompanhado algumas instabilidades do sinal de internet, não só em Brasilândia, mas, em Campo Grande também. Mas em Sidrolândia essa situação de instabilidade do sinal tem sido recorrente. E não só o vereador Alexandre fez a reclamação, o pedido veio da classe política, mas a população também tem reclamado, tem relatado que o sinal ruim tem criado dificuldades. Brasilândia, inclusive, está se preparando para receber novos investimentos, a região vem recebendo investimentos na área da celulose, agora com a ida da Bracell para Bataguassu, todas as cidades daquela região vêm recebendo investimentos, e vão receber. E o sinal de internet, de celular, é fundamental para elas receberem esses novos investimentos. Então, solicitamos que a Anatel e a Vivo tomem providências. Senhor presidente, era o que eu tinha. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao jovem atleta Kauan Bobadilha Cavaleiro, natural do município de Dourados, pela conquista do bicampeonato mundial de Muay Thai, no dia 21 de maio de 2025, na Tailândia, elevando com excelência o nome de Mato Grosso do Sul e do Brasil no cenário esportivo internacional. O Kauan, com apenas dezessete anos, já demonstra uma trajetória inspiradora de superação, disciplina e dedicação ao esporte. Em 2024, ele já havia conquistado o mesmo título mundial, e este ano voltou a subir ao pódio como bicampeão, solidificando seu nome entre os maiores talentos da modalidade. Além do reconhecimento internacional, Kauan também sagrou-se campeão na Copa do Brasil de Kickboxing e na Copa do Brasil de Muay Thai, representando com honra a Academia Fit Studio, da cidade de Dourados. A trajetória de Kauan é marcada não apenas pelo talento, mas também por sua garra fora dos ringues. Em meio aos treinamentos, o jovem atleta conciliou sua rotina esportiva com o trabalho como pedreiro na construção civil, ajudando a sustentar seu sonho e garantindo o pagamento de suas contas básicas, como aluguel, luz e água. Em reconhecimento ao seu esforço e talento e por ele levar o nome de Mato Grosso do Sul ao topo do mundo, esta Casa Legislativa registra sua homenagem e expressa votos de sucesso ao jovem atleta." Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do mui digno senhor Nilson Ataliba Gomes, por seu falecimento, ocorrido no dia 8 do corrente mês, aos 70 anos de idade. Nascido em 12 de janeiro de 1955, Nilson Ataliba Gomes dedicou grande parte de sua vida ao serviço público, atuando por vinte e nove anos na Prefeitura Municipal de Eldorado, onde deixou um legado de comprometimento, trabalho e dedicação à população. Sua trajetória profissional foi marcada pelo zelo com a coisa pública e pelo respeito às comunidades que serviam. Homem íntegro, de princípios sólidos. Nilson era filho de Terezinha Gomes e Sebastião Ataliba Gomes e esposo dedicado de Ivaci Gomes da Silva, com quem constituiu uma linda família. Ele deixa três filhos, a Maria de Lourdes Gomes, a Alessandra Gomes e Flávio da Silva Gomes, e cinco netos. Neste momento de dor, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul se solidariza com seus familiares e amigos, rogando a Deus que conforte os corações enlutados e lhes conceda força para superar a irreparável perda. Eu e o Nilson trabalhamos juntos, inclusive, na Prefeitura Municipal de Eldorado. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao diretor-presidente do Departamento de Trânsito de MS - Detran, senhor Rudel Espíndola Trindade, solicitando a realocação do equipamento de restrição veicular atualmente instalado na rua Hayel Bon Faker, no sentido sul-norte, na altura do número 651, nas proximidades do posto Pororoca, no município de Dourados, para um novo ponto na mesma via, situado entre as ruas Manoel Hasselmann e Itálvio de Souza Pael, aproximadamente no meio da quadra, logo após a parada de ônibus existente no local. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Ana Paula, da Câmara Municipal de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, e ao presidente do Detran, senhor Rudel Trindade Junior, solicitando a realocação do controlador de velocidade atualmente instalado na rodovia MS-156, no sentido sul-norte no município de

Dourados, para que o referido equipamento seja posicionado antes da faixa elevada existente no local. A presente indicação também foi formulada pela vereadora Ana Paula, da Câmara Municipal de Dourados. Senhor presidente, na mesma linha da deputada Lia Nogueira, quero dizer que nós não podemos deixar de registrar, de se solidarizar, com a família da menina (ela ainda era uma menina) de 23 anos, a Vanessa, e sua filha Sofia, dez meses apenas. Um crime com requinte de crueldade. Não dá para imaginar que o ser humano possa ter cometido um crime dessa crueldade contra a vida da sua esposa e da sua própria filha apenas por não querer pagar pensão. É a coisa mais absurda que eu já vi. Para mim, um ser desse não merecia estar preso, merecia estar no cemitério. Deveria haver pena de morte para casos como esse. Isso é um absurdo. Para mim, um ser desse tipo não se ressocia. Tirou a vida da própria filha. É inimaginável um negócio desse. Aí a gente fica se perguntando: o que fazer com uma pessoa dessa estirpe? Não há o que fazer. Como prever um crime como esse? Acho que nem a Secretaria de Segurança Pública nem psiquiatras conseguem entender um crime de tamanha crueldade como esse. Então, eu deixo aqui a minha indignação. A gente vem trabalhando aqui, eu, a deputada Lia Nogueira, a deputada Gleice Jane... Nós, que somos mulheres, que somos mães, sentimos uma dor terrível diante de um crime tão bárbaro como esse. Fica aqui a nossa indignação e a nossa tristeza. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi...

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Quero apenas informar que eu já inseri no sistema uma moção de congratulação ao Departamento de Operações de Fronteira pelos seus trinta e oito anos de existência e de combate ao crime organizado na área de fronteira. Rendo minhas homenagens aos bravos companheiros da Polícia Militar que compõem esse grupo e que há muito tempo vem dando orgulho à Segurança Pública e à população de Mato Grosso do Sul. Obrigado.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Pela ordem. Eu gostaria de assinar esta moção pelo que o DOF representa na fronteira, no combate ao crime.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, eu sugiro que esta moção de congratulação seja transformada em nome da Casa. Acho extremamente importante o trabalho do DOF na fronteira.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Senhor presidente, a deputada Lia Nogueira também apresentou uma moção ao DOF. Que essas duas moções representem a voz desta Casa em homenagem ao Departamento de Operações de Fronteira.



**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Excelente. Registrado.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos assiste, todos que nos prestigiam com sua presença, imprensa aqui presente, bom dia. Eu venho apresentar um requerimento. Solicito à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, obedecidos os requisitos regimentais, que seja autorizada a reserva do Saguão de Exposição Nelly Martins para o dia 30 de junho para realização da Missa do Divino Espírito Santo, às 8h30min, como usualmente é feito todos os anos nesta Casa. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, e ao senhor Maurício Simões Correa, secretário de Estado de Saúde, por cópias autônomas, solicitando a instalação de um gabinete odontológico completo para a Casa da Criança André Luiz, no município de Nioaque, em atendimento ao pedido do vereador Jorge Fernandes Neves, da Câmara Municipal de Nioaque, através do ofício e do requerimento anexos. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de recursos financeiros para a 3ª Companhia Militar da Polícia Militar de Coxim, com o objetivo de viabilizar a construção de um auditório para implantação do Projeto Florestinha, no município de Coxim, em atenção ao pedido formulado pela vereadora Adriana Naban, da Câmara Municipal de Coxim, encaminhado por meio de ofício e indicação aprovada na Câmara Municipal de Coxim. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares da senhora Elza Maria de Oliveira, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 22 do corrente mês, aqui na cidade de Campo Grande. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, colegas deputados e todos que acompanham a nossa Sessão Ordinária. Eu trago duas indicações. Quanto à primeira, na realidade, nós estamos apenas formalizando aqui publicamente algo que já havíamos indicado por ofício à Mesa Diretora: o uso da palavra após a Sessão. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173, inciso 19, do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja franqueado o uso da palavra na Sessão Ordinária dia 28 de maio, portanto na data de hoje, para divulgação das ações do "Maio Laranja", mês de enfrentamento e combate à violência e ao abuso sexual contra crianças. Estamos solicitando autorização para que o presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de Mato Grosso do Sul, senhor Adriano Ferreira Vagas, faça uso da palavra na tribuna. O objetivo é divulgar as ações do Maio Laranja, mês de enfrentamento e combate à violência e ao abuso sexual contra crianças, apresentando projetos inovadores, diretrizes e formas de combate à violência e abuso cometidos contra crianças, no Estado de Mato Grosso do Sul, considerando aspectos locais e regionais que devem ser observados nas ações de proteção. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais,

ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro da Previdência Social, senhor Wolney Queiroz, solicitando que sejam adotadas medidas urgentes para o reforço do quadro de servidores do Instituto Nacional de Seguro Social do município de Corumbá. A presente indicação decorre do pleito encaminhado ao nosso gabinete pelo ex-vereador Tadeu Vieira, do município de Corumbá. A agência do INSS em Corumbá, que, por muitos anos contou com uma equipe técnica robusta e atendimento de qualidade, hoje enfrenta uma situação crítica em razão da redução drástica do número de servidores. Atualmente, a unidade conta com apenas alguns servidores administrativos e um único perito médico. Isso tem comprometido seriamente a prestação de serviços essenciais à população. Tal defasagem no quadro funcional tem gerado atrasos no atendimento, perda de benefícios e remarcações constantes de perícias médicas para outros municípios, como Miranda e Aquidauana. Os maiores prejudicados são os idosos, que enfrentam dificuldades com os sistemas digitais e dependem do atendimento presencial para resolver suas demandas. Diante desse quadro, faz-se necessário o reforço imediato no quadro de servidores da unidade, para se garantir o funcionamento adequado do serviço previdenciário. Senhor presidente, é um absurdo essa situação, o sucateamento daquela agência do INSS. O ex-vereador e perito médico levantou essa questão, que deve ser levada em consideração, sobretudo neste momento que estamos vivenciando no Brasil, vendo essas fraudes incríveis no INSS, que não sabemos qual é a magnitude ainda. Há quem fale em 5 bilhões de reais; há quem fale em 20 bilhões de reais. É necessário investigar isso a fundo, sobretudo porque, primeiro, eles sofrem por conta do grande descaso, do vácuo no que tange a políticas públicas para protegê-los, e, segundo, porque agora eles estão sendo vítimas de vários tipos de golpe, de abusos, de descontos, de fraudes cometidas por um crime organizado. Isso é o sequestro Estado Brasileiro. Esses criminosos vitimam justamente aqueles que contribuíram a vida toda, para a construção deste país. Então, é neste momento que a gente precisa reforçar o INSS. Corumbá, cidade de 100.000 habitantes, tem muitos idosos buscando a agência, que está absolutamente sucateada, sem quadro de funcionários, sem peritos, enfim. E os idosos, muitas vezes, têm de buscar determinados serviços acessando a internet. Mas é difícil para quem está na terceira idade se adequar, se submeter a essa lógica. Então, é necessário reforçar a infraestrutura. E vejam o absurdo. O sucateamento é tão grande no município de Corumbá, que os munícipes têm de se deslocar até ao município de Miranda ou Aquidauana, rodar mais de 200 quilômetros, para conseguir atendimento pelo INSS. Então, eu estou requerendo que o ministro Wolney Queiroz tome providências urgentes e resolva essa situação absolutamente inaceitável. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, presidente, colegas e público que nos assiste. Eu venho apresentar uma moção de apoio à ministra Marina Silva. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de apoio à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, senhora Marina Silva, em razão dos ataques sofridos durante audiência da

Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Se aprovada, a moção poderá ser redigida da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por proposição da deputada estadual Gleice Jane (PT), aprova a presente moção de apoio à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, senhora Marina Silva, diante dos ataques desproporcionais e de caráter machista e violento que lhe foram dirigidos durante audiência da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, ocasião em que a ministra foi alvo de declarações machistas, sexistas e ofensivas por parte do senador Plínio Valério (PSDB-AM). O episódio ocorreu em 27 do corrente mês. O senador Plínio Valério afirmou publicamente que 'a mulher merece respeito, a ministra não', numa tentativa de dissociar sua figura feminina do seu cargo público. Tal ação configura-se como clara e grave manifestação de violência política de gênero. Não é a primeira vez que a ministra sofre ataques violentos, de caráter machista e sexista. Vale lembrar que, durante evento realizado em 14 de março, na Fecomércio do Amazonas, o mesmo senador fez uma declaração de extrema violência, afirmando: 'Imagine o que é tolerar a Marina durante 6h10min sem enforcá-la'. O Brasil ostenta um histórico alarmante de violência política de gênero, que não se limita a agressões físicas e verbais, manifesta-se também na marginalização e na deslegitimação de mulheres em cargos públicos. Segundo o Relatório de Violência Política de Gênero no Brasil de 2020, elaborado pela União Brasileira de Mulheres (UBM), entre 2018 e 2020, aproximadamente 15% das mulheres que concorreram a cargos eletivos nas eleições de 2018 relataram terem sido vítimas desse tipo de violência. Esse dado revela uma realidade em que a agressão contra mulheres na política não é um episódio isolado, mas um padrão recorrente em diferentes níveis de governo e em diversas esferas da política. Ressaltamos o papel histórico da ministra Marina Silva como uma das mais respeitadas lideranças nacionais e internacionais nas pautas socioambientais; ela sempre foi uma defensora incansável dos povos tradicionais, da sustentabilidade e da democracia. Sua trajetória política, marcada pela ética, coerência e compromisso com o interesse coletivo, é o maior orgulho do Brasil. Ontem nós vivemos uma situação em que a ministra foi mais uma vez atacada. O senador Marcos Rogério, do PL, presidente da comissão, disse à ministra: "Ponha-se no seu lugar". E lhes pergunto: qual é o lugar que as mulheres devem ocupar?... O lugar de mulher é onde ela quiser. Portanto, qualquer tipo de agressão verbal questionando o nosso lugar na política ou em qualquer espaço público se chama 'violência política de gênero'. E nós estamos aqui falando de uma situação que passou uma das mulheres mais influentes do mundo, na pauta do meio ambiente a mais influente e também reconhecida como uma das mais influentes na ciência. Nós estamos falando de uma mulher que tem reconhecimento no mundo inteiro. Mas aqui no Brasil a extrema direita, de forma misógina, a ataca pela sua condição política, pelo seu status político. Nós temos que enfrentar isso. E quero dizer que posturas como essas precisam ser combatidas. Atitudes como essas que dizem respeito à ministra Marina Silva não estão desvinculadas à que vimos aqui em Mato Grosso do Sul esta semana: o caso de feminicídio (que envolveu mãe e filha). Isso tudo diz respeito à misoginia, ao ódio contra as mulheres que se construiu na sociedade, em qualquer lugar. A mulher enfrenta esse problema em casa, nas ruas, na política, em todos os espaços. Portanto, fica aqui meu repúdio à atitude do senador, e à extrema direita, que, mais uma vez, de forma misógina e violenta, ataca uma mulher. Aliás, é só assim que a extrema direita consegue fazer política,

é colocando a violência nos espaços, a violência contra as mulheres, a violência contra o meio ambiente, a violência contra os povos indígenas, enfim. Esse é o modelo que a extrema direita usa na política. Fica aqui meu total repúdio a tudo isso. A ministra Marina Silva e todas as mulheres da política têm nosso respeito. A deputada Mara Caseiro trouxe aqui uma situação muito preocupante. O que fazer diante de situações como a que acontece aqui em Campo Grande. Acho que nós precisamos imediatamente criar uma Ouvidoria aqui na Assembleia, como prevê seu projeto, que precisa ser aprovado com a máxima urgência. Essa pauta precisa ser debatida aqui na Assembleia. Aqui nesta Casa há vinte e um homens e apenas três mulheres. Nós precisamos de reforço. Precisamos de uma secretaria de mulheres, políticas especializadas, com um olhar mais atento para as mulheres. Porque a subsecretaria hoje está com apenas seis pessoas trabalhando. Essa quantidade, claro, é insuficiente para atender com qualidade as mulheres do nosso estado. Era o que eu tinha, presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara. Bom dia, nobres pares. Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem através da TV Assembleia. Eu venho apenas fazer uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando o rebaixamento ou a implantação de rampas nos passeios da ponte de concreto localizada sobre o rio Miranda, na BR-060, que dá acesso ao município de Jardim. A proposição se fundamenta nas constantes reivindicações dos moradores e ciclistas que utilizam regularmente o referido trecho rodoviário. Documentação anexa. Era o que eu tinha, presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 1819/2025). De autoria do deputado Caravina: três indicações (Prot. nºs 1827/2025, 1826/2025, 1825/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: um requerimento (Prot. nº 1818/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: um projeto de lei (Prot. nº 1829/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de apoio (Prot. nº 01828/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas indicações (Prot. nºs 1817/2025, 1816/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de pesar (Prot. nº 1824/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 1822/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01815/2025, 01814/2025).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE...**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Quero apenas registrar a presença dos senhores J. Roberto e Éder Pisan, vereadores de Amambai. É sempre importante a presença de parlamentares municipais aqui nesta Casa de Leis. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Registramos a presença do vereador Pezinho e do vereador Zuza, do município de Itaquiraí. Sejam bem-vindos. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Por inversão, com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Vossa Excelência dispõe de 11 minutos.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — sem revisão do orador — Bom dia, mais uma vez, a todos. Eu quero agradecer ao deputado Pedro Kemp pela inversão do seu tempo comigo. Eu venho parabenizar, em primeiro lugar, o TER de Mato Grosso do Sul, que, na tarde de ontem, fez uma notável justiça eleitoral, deputado Zé Teixeira; e em segundo lugar, quero parabenizar a prefeita Adriane Lopes e a sua vice, Camila Nascimento, pelo grande avanço e pela grande vitória de cinco a dois. Por que eu digo que foi feita justiça eleitoral? Porque, para nós, é muito difícil tocar uma campanha eleitoral. E quando chega o final de uma campanha, deputado Renato Câmara, eu costumo descer do palanque, e se ganhei, ganhei; se perdi, perdi. Como se diz: "É juntar os cacos e tocar a vida". Foi assim nas duas eleições que disputei. Quando eu perdi, não fiquei procurando problemas. Mas a gente não está acostumado a ver isso aqui em Campo Grande. Toda eleição é um chororô danado. Em 2020, quando a Adriane Lopes foi reeleita vice-prefeita, várias ações foram ajuizadas, na tentativa de derrubar aquela eleição e tirar os eleitos de seus mandatos. O prefeito eleito, na época, questionou, dizendo: "As pessoas não aceitam a vitória de ninguém. Em troca de que estão judicializando? Esse pessoal tem que aceitar, que dói menos. "Ele disse isso para mim. E o que mais me surpreende, deputado Pedro Kemp, é que justamente essa pessoa, junto com a candidata derrotada, recorre ao Judiciário de Mato Grosso do Sul, de Campo Grande, ao juiz de primeira, perde, e recorre ao TRE, tentando anular a eleição e tirar o mandato da prefeita Adriane Lopes. Eu os entendo. A candidata que perdeu tinha um sentimento muito forte. Ela já havia perdido duas eleições: uma para prefeito e uma para governador. Isso não deve ser fácil. Afinal, alguns institutos de pesquisa 'vendiam' que eles ganhariam a eleição no primeiro turno. Não deve ser fácil absorver isso. Mas a verdade é que eles não ganharam nem no primeiro nem no segundo turno. Campo Grande é uma cidade extremamente machista, e eles agiram assim porque a Adriane Lopes foi a primeira mulher eleita prefeita desta cidade. Isso é muito ruim para aqueles machistas que não conseguem ser desmamados, que não conseguem ver uma mulher tocar a gestão de Campo Grande. Mas por que eu quero parabenizar o TER de Mato Grosso do Sul? É porque o TRE fez justiça em sua decisão sobre um processo literalmente infundado. Quatorze pessoas foram ouvidas, cinco trazendo acusações, e nove fazendo a defesa da Adriane, desconstruindo toda a acusação. Mas, em um processo muito bem instruído em juízo de primeira, o juiz doutor Ariovaldo fez toda a instrução processual, ouviu todos os denunciadores, e formou sua opinião, dizendo que não havia provas suficientes para

anular a eleição. E o Ministério Público também chegou ao mesmo entendimento, prova disso é que manifestou pela improcedência, e o juiz sentenciou pela improcedência do pedido. Não satisfeitos, os oponentes, usando duas pseudossiglas: Democracia Cristã e PDT, recorrem ao TRE. E, de quinze itens dos quais os adversários haviam recorrido, o procurador fechou em duas teses: uma de abuso de poder religioso e outra de abuso de poder econômico. Ou seja, compra de votos, sufrágio eleitoral. Resumo: o procurador do Ministério Público Federal entendeu que não cabia abuso religioso. Por quê? Porque a prefeita Adriane Lopes pertence a uma denominação há mais de vinte anos. Por isso ela visita, propaga o evangelho, fala nos púlpitos, rotineiramente. Mas ela nunca tocou, deputado Zeca, em questão política em cima dos púlpitos, tanto é que não trouxeram nada sobre isso nos autos. Então, o procurador entendeu que não houve abuso de poder, porque a Adriane é da igreja. Também alegaram que ela havia contratado vários pastores e que isso configurava abuso de poder. E o procurador entendeu que a contratação dos pastores, como se trata de cargos de confiança, não se configura crime algum. Na verdade, trata-se de um grupo de pessoas com as quais ela convivia há mais de vinte anos. Ou seja, ela os conhecia e podia contratá-los pelo fato de eles serem de sua confiança. E o próprio procurador do Ministério Público ainda disse: "Os pastores não foram nomeados pela prefeita, e sim pelo ex-prefeito Marquinhos Trad." Ou seja, eles vieram depois. Então, o procurador descartou esse ponto e entrou apenas na questão de compras de votos. Bom. O que mais me surpreende é que, além da instrução do juiz Ariovaldo, que disse que não havia provas suficientes para anulação, ontem, depois de muito debate no TRE, o desembargador Sérgio Martins, que foi muito feliz em suas palavras, colocou a fala de cada testemunha e o porquê do seu voto. O presidente daquela corte, o desembargador Carlos Contar, também fez uma fala muito bem-feita. E o que mais surpreende é que os opositores se apegam, deputado Zeca, num cidadão chamado Tião da Horta. Esse tal Sebastião recebeu um PIX de uma servidora nomeada em uma subsecretaria do município, ela trabalhava com o então candidato Chiquinho Telles, ex-vereador desta cidade. E ela realmente apoiava o Chiquinho Telles e era nomeada no município. Porém, o irmão do Chiquinho Telles apoiou no primeiro turno o candidato Beto Pereira e no segundo turno a candidata Rose Modesto. E esse Tião da Horta, deputado Coronel David, vem no segundo turno e manda áudio para as pessoas pedindo voto para a candidata Rose Modesto. Agora, como é que um grupo dá dinheiro para um cidadão comprar voto para outro candidato? Isso é no mínimo estranho. E o juiz doutor Ariovaldo, quando foi ouvir a pessoa, fez todas as perguntas, colocou inclusive um vídeo que foi editado, que está rodando nas redes sociais e que está no TRF. Esse vídeo foi colocado pela defesa dos recorrentes no dia. E dava para ver que ele foi editado. E o advogado da recorrida disse: "Este vídeo é editado, e eu gostaria que ele fosse ouvido logo após. E o doutor Ariovaldo perguntou para o Tião da Horta se aquele áudio no qual se pedia voto para a Rose Modesto era dele. Foi ali que o juiz formou sua opinião, dizendo: "Como é que uma pessoa recebe dinheiro de alguém para pedir voto para outra pessoa?". Foi ali que os desembargadores e os juízes eleitorais formaram sua opinião. E ontem o desembargador Sérgio Martins mencionou uma pessoa que teria comprado voto, a qual disse que em uma reunião teriam oferecido a ela cem reais...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Eu vou concluir. E na reunião havia mil pessoas. O desembargador disse: "É no mínimo estranho", porque ela disse que nem a prefeita nem sua vice estavam na reunião. Ora, no mundo de hoje, deputada Gleice Jane, quem perderia a oportunidade de ir a uma reunião com mil pessoas para pedir voto? É muito estranho. Deputado Zé Teixeira, em uma reunião com mil pessoas para compra de votos por cem reais, não é possível que ninguém estivesse com o celular, no mínimo gravando as ações para dizer: "Olha, estão distribuindo dinheiro, estão comprando votos." Nada disso apareceu nos autos. Esse foi o posicionamento dos desembargadores e dos juízes eleitorais. Pena que dois juízes, mesmo com tudo isso nos autos, votaram contra. Nós os respeitamos, obviamente, porque os votos são divergentes; mas estava tudo nos autos. Por isso eu quero dizer que o TRE de Mato Grosso do Sul, na noite de ontem, fez justiça. Fez justiça porque não havia nada que comprovasse a compra ou a comercialização de votos por parte da prefeita. Agora, uma coisa que eu preciso colocar em questionamento e que precisa ser mudada urgentemente é: o Congresso precisa mudar as legislações eleitorais. Existe o corrupto e o corruptor. Existe a compra de voto e o corrupto. Se descoberto, o corrupto sofre impedimento de mandato. Mas e quem vende o seu voto? Para esse não há penalidade. Aí é fácil. Há alguns vídeos que estão viralizando nas redes sociais de reuniõezinhas armadas nos quais pessoas dizem: "Ah, mas onde está o meu título? Recolheram o meu título. Ah, estão pagando dinheiro...". Mas não aparece nos vídeos uma nota sequer de dinheiro, nem título, nem nada. Ou seja, é muito fácil montar "pseudo-reuniões" para dizer coisas infundadas. Depois vão depor e sem ter nada que comprove, que materialize a compra de voto. Então, o TRE foi assertivo em sua decisão ao se manifestar pelo improvimento do recurso. Quero encerrar, deputado Zeca do PT, com uma frase que ouvi ontem: "Aceitem que dói menos!". Deixem as mulheres trabalharem! Grande abraço.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Registramos e agradecemos a presença do senhor Gelson Guimarães, o Gelzinho, vereador de Bandeirantes; do senhor Antônio Francisco da Silva, o Zuza, vereador do município de Itaquiraí; do senhor Carlos César da Silva, vereador Itaquiraí; e do senhor Gil do Amaral, vereador do município de Mundo Novo. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e quatro senhores deputados presentes, há quórum, presidente.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT, com a paciência de sempre, tranquilo.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Eu havia pedido um aparte ao deputado Lidio Lopes, porque ouvi atentamente o pronunciamento dele. E fiquei imaginando o stress, a angústia que a nossa querida prefeita, legitimamente eleita, sentiu. Assim diz a Justiça, e

nós temos que respeitar as decisões da Justiça Eleitoral. A prefeita, sua família e milhares de correligionários devem ter ficado na expectativa pelo resultado do julgamento do caso pelo TSE. Meu querido amigo deputado Zé Teixeira, há um ditado que diz: "O mundo não só gira, de repente ele capota." E acabei de ler o livro "O homem e as suas circunstâncias". É gozado um pronunciamento desse. Agora, quem me dera saber quantos desses que viveram momentos de angústia nos últimos dias estavam acampados em frente ao quartel contra o Lula, dizendo que a eleição não valeu, querendo derrubá-lo, tirá-lo do poder. Agora estão sentido na carne a experiência que nós já vivemos em cinco eleições: duas do Lula, duas da Dilma e agora outra do Lula. A democracia tem que nos educar. Um gesto de carinho e de apreço ao meu parente Lidio Lopes e à nossa prefeita pelo resultado. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Quero apenas convidar os colegas deputados para uma reunião que realizaremos hoje, às 14 horas, no Plenarinho. A Frente Parlamentar em Defesa do Direito das Pessoas Idosas vai discutir as irregularidades no INSS. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 122/2025. Autor: Poder Executivo. "Autoriza a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul a doar, com encargo, a beneficiários de Programa de Habitação de Interesse Social, imóveis de sua propriedade situados no município de Campo Grande, para os fins que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 122/2025, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.



- DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**
- DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**
- DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**
- DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**
- DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**
- DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**
- DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**
- DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**
- DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**
- DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**
- DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**
- DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**
- DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**
- DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**
- DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**
- DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**
- PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.**



**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 177/2024. Autora: deputada Lia Nogueira. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 04 de agosto de 2010, a 'Campanha Quebrando o Silêncio', a ser comemorada no quarto sábado do mês de agosto de cada ano." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Pela ordem, presidente. Eu não estou conseguindo votar pelo painel eletrônico. Quero registrar o meu voto favorável.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Quero apenas solicitar que os colegas deputados peçam para os prefeitos e as prefeitas de suas bases observarem o prazo de inscrição para as treze mil novas casas do programa Minha Casa Minha Vida, que o presidente Lula acabou de lançar. E peçam que o façam rapidamente, porque o presidente já anunciou um novo programa de habitação. Serão construídas mais 40 mil casas neste país. E fica em pé o desafio que fiz: eu dou uma bicicleta novinha, da Caloi, para quem me mostrar uma casa sequer do programa Verde e Amarelo. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 177/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.



**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCA DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.



**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em redação final. Projeto de Lei nº 113/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. "Acrescenta dispositivo à Lei nº 2.656, de 6 de agosto de 2003, que cria o 'Programa Educacional e de Incentivo à Doação de Sangue no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 133/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCA DE LIMA** (sem partido) — Sim.



**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 253/2024. Autor: deputado Neno Razuk. "Acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.842, de 24 de março de 2022, que estabelece diretrizes para o atendimento multiprofissional para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Este projeto visa atender as pessoas com autismo. Quero dizer mais uma vez que todas as políticas que dizem respeito ao**

atendimento multiprofissional às pessoas com autismo são necessárias, sobretudo as que tangem à educação. Ontem eu falei aqui um pouco sobre a situação de Dourados. Nós estamos acompanhando o atendimento e a demanda das famílias. E de fato está faltando profissionais que atendam no SUS. Por conta disso, as famílias têm de pagar para conseguir atendimento no particular. Isso sai caro para elas. É importante fortalecer cada vez mais a política de atendimento às pessoas com autismo e às pessoas com todas deficiências também. Voto sim. Então, quero aqui parabenizar o deputado Neno Razuk, que sempre tem trazido sempre essas pautas ao Plenário. Eu me somo a Vossa Excelência nesta luta. Nos próximos meses nós vamos fazer um debate sério na educação em Dourados sobre isso, porque falta vaga, as salas estão superlotadas; muitas crianças com autismo e muitas crianças sem laudo justamente porque não há uma política mais eficaz de atendimento às crianças. Eu sigo aqui na luta junto com o deputado Neno Razuk. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — A Mesa Diretora registra que já está em fase de implantação, deputado Neno, deputada Lia, a Sala Multissensorial. Quando houver eventos ou visitas a esta Casa, poderemos atender melhor as pessoas com autismo.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Senhor presidente, eu quero, primeiramente, parabenizá-lo pela sensibilidade, pela nobre iniciativa. Eu fico muito feliz. Eu sempre digo: fico orgulhoso por saber que esta Assembleia Legislativa é uma das mais ativas, mais participativas nesta causa. A Assembleia tem demonstrado que está sempre pronta para atender as famílias e para apresentar projetos que beneficiam a população de modo geral. Quero agradecer à deputada Gleice Jane pelo apoio. Eu sei que não é só Dourados que tem uma demanda que está longe de ser suprida no que diz respeito à emissão de laudos, ao atendimento psiquiátrico, ao atendimento neurológico, enfim. Eu já disse várias vezes que esta Casa tem de formar uma comissão permanente para tratar desses assuntos. É necessário também alterar a questão do orçamento do Governo do Estado, para que as famílias sejam atendidas com mais qualidade. Se nesta Casa não nos unirmos e não fizermos com que seja destinado um percentual do orçamento do Governo para esse fim, o Estado vai ficar sempre com déficit no atendimento. É necessário que seja feita uma mudança no orçamento para que isso aconteça. Eu conto com a ajuda dos colegas. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 253/2024, de autoria do deputado Neno Razuk.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.



**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 014/2025. Autor: deputado Antonio Vaz. "Dispõe sobre diretrizes para estímulo ao empreendedorismo de mães atípicas, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao Projeto e à Subemenda 02, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Para justificar meu voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para justificar seu voto, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Esta é mais uma matéria que estamos votando sobre o Transtorno do Espectro Autista. Quero parabenizar Vossa Excelência. Confesso que fiquei surpreso, positivamente, com a notícia de que esta Casa está implementando uma sala multissensorial. Nós aqui discutimos, apresentamos matérias, votamos e, de fato, era necessário que a própria Casa cumprisse sua parte. Parabéns! Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 014/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.**

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, trinta indicações e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento do senhor Lourival Felix Barbosa. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Orestes Telles Moreira. Proposta pelo deputado Marcio Fernandes, em razão do falecimento do senhor Alessandro Souza Nascimento. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Hoje, por decisão do Plenário, nós temos uma manifestação externa que foi proposta pelo deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o senhor Adriano Ferreira Vargas. Solicito ao Cerimonial que conduza o nosso convidado à tribuna. Informo ao convidado que ele deverá se ater ao tema. O senhor dispõe de 10 minutos para sua manifestação. Está suspensa a Sessão (11h21min).

**SENHOR ADRIANO FERREIRA VARGAS** (presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de Mato Grosso do Sul - Acetems) — Bom dia, senhores deputados. Em nome do deputado Pedrossian Neto, agradeço a oportunidade de estar aqui para tratar deste tema tão importante: a violência sexual contra crianças e adolescentes. E, como presidente da Acetems, peço um minuto de silêncio, senhoras e senhores, pela morte de uma criança ocorrida no dia 18 de maio... A criança foi estuprada, espancada e dilacerada, e foi a óbito. Um minuto de silêncio, por favor... Senhores e senhoras, eu vou falar aqui hoje em nome dos quatrocentos e trinta e cinco conselheiros de Mato Grosso do Sul, que hoje ocupam oitenta e sete conselhos tutelares. A pauta que trago é tão delicada, mas necessária. Quero já destacar que em 18 de maio de 1973, uma criança foi a óbito, a Araceli. Foi algo trágico. A criança foi espancada, estuprada, dilacerada; e nunca houve sequer a punição do culpado. É importante refletir sobre questões como esta em nosso dia a dia. E esses quatrocentos e trinta e cinco conselheiros tutelares e seus suplentes aqui do nosso estado, nos setenta e nove municípios, deputado Pedrossian Neto, trabalham diuturnamente, é um trabalho silencioso, tanto é que muitas vezes não nos damos conta que ele está sendo feito. Por que esse trabalho é feito? Onde ele é feito? Onde acontecem essas violências? Nós estamos falando hoje da Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - Maio Laranja. Infelizmente, o Anuário da Violência apontou Mato Grosso do Sul como o primeiro no Ranking Nacional de Violência contra Crianças e Adolescentes. Mesmo diante de números tão altos, é preciso considerar a elevada quantidade de subnotificações. Ou seja, muitos casos não chegam às autoridades, não chegam ao Conselho Tutelar, não chegam à polícia, não chegam ao Ministério Público.

Não basta apenas o Conselho Tutelar lutar, outras instituições precisam entrar na luta também. Nós temos trabalhado bastante nos últimos anos para promover a capacitação do Conselho Tutelar e de outras instituições. Precisamos refletir sobre a importância de todos esses órgãos na proteção efetiva, na garantia dos direitos das crianças e adolescentes do nosso estado. É preciso que a polícia tenha estrutura para isso. É necessário que a polícia atenda a criança 24 horas por dia, com escuta qualificada, depoimento especial, saúde, segurança, educação, assistência social. Os senhores deputados já fazem aqui um excelente trabalho junto à Assistência Social, à Saúde, à Educação, à Segurança. Como a gente tem esta Casa de Leis tão representativa, é importante que os senhores estejam cada vez mais perto para conhecer a realidade de cada município, de cada instituição, saber como eles estão trabalhando. Quero destacar que a criança que é estuprada vai precisar de acompanhamento psicológico. E vale ressaltar que o autor da violação, na maioria das vezes, está próximo, é do meio social, é do meio familiar, é alguém da confiança da criança. Nesse cenário, também é importante destacar que a polícia vai precisar de estrutura para fazer uma investigação célere e para que a Justiça puna o culpado. O Maio Laranja tem o objetivo de promover a reflexão, não somente em maio, mas durante o ano todo. O Maio Laranja é realizado em parceria com muitas instituições, como a PRF, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, setores da saúde, da educação, da assistência social; e também das instituições do terceiro setor, que são as OSCs, que são de extrema relevância também no atendimento, na promoção dos direitos da criança e do adolescente. Hoje, temos aqui representantes do Projeto Ajudar Faz Bem, que é uma das parceiras dos conselhos tutelares nos municípios, na promoção de eventos. E por meio disso, a gente tem feito campanhas, tem conseguido fazer a paralisação, a mobilização de uma BR, por exemplo. Vejam a grandeza disso. Nós conseguimos fazer um momento de reflexão com caminhoneiros, com mães, num lugar onde dificilmente conseguiríamos fazer. Por lá vão passar trabalhadores rurais, trabalhadores da indústria, caminhoneiros, políticos etc. A gente vai entregar um simples panfleto e dizer: olha, isso existe, e o Disque 100 também. As pessoas precisam atentar para a importância dessa situação. Esperamos que elas comecem a se conscientizar, a conversar com suas famílias, a conversar com suas crianças, porque é algo, muitas vezes, silencioso. A violência é tão silenciosa que nem chega a ser notificada, não chega ao Conselho Tutelar, não chega à polícia, não chega a ninguém. Quero lembrar do importante papel de todas essas instituições. O autor precisa ser condenado. O Judiciário precisa ter a estrutura necessária. O Ministério Público precisa ter uma estrutura necessária, para que haja uma investigação célere. Não se pode levar anos para ver se houve ou se não houve um estupro. Enquanto as coisas andam nesse processo enrolado, a criança vai continuar no seio da sua família, sua dignidade vai continuar sendo violada. Infelizmente, a Araceli não volta mais, a Estrelinha não volta mais, a Sofia não volta mais. Todavia, a gente ainda pode lutar por várias infâncias, a gente ainda pode proteger várias crianças. Estejam perto, senhores deputados. Busquem conversar com os setenta e nove municípios, com os oitenta e sete conselhos tutelares. Em Campo Grande, há oito conselhos tutelares, em Dourados há dois conselhos tutelares, em todos os outros municípios há um conselho tutelar, que está diariamente na luta pelos direitos das crianças. Hoje falaram aqui sobre violência contra as mulheres. Houve um caso aqui em nosso estado que não podemos deixar de mencionar. Nossa solidariedade à conselheira

do município de Bela Vista, que, semana passada, tentando proteger uma criança vítima de violência sexual, sofreu golpes de foice. Nosso repúdio àquele ato de tamanha violência contra a conselheira Néia, do município de Bela Vista. Esta semana a Associação de Conselheiros Tutelares vai se reunir com ela, vai dar todo o apoio de que ela necessite. Infelizmente, essas situações, de alguma maneira, ocorreram; e a gente busca mecanismos para que não se repitam. A gente tem instituições fortalecidas, em condições de continuar trabalhando todos os meses do ano. A gente tem instituições fortalecidas para garantir o direito das crianças e dos adolescentes, temos um fluxo bem estabelecido. Conversem, senhores deputados, com seus municípios. Digam a eles como está o fluxo de atendimento. Digam a eles qual é o trabalho da polícia, do Conselho Tutelar, da Saúde, da Educação. Muitas vezes, é na escola que a criança vai fazer o primeiro relato, é na escola que ela tem relação de confiança, deputado Lidio Lopes. Muitos municípios estão se adequando. É bom citar aqui o avanço de Campo Grande. Recentemente foi aprovado um fluxo de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. Essa é uma luta nossa de muitos anos. E aos poucos a gente vai se ajustando, sempre com diálogo com todas essas instituições. Nos diálogos podemos dizer: olha, Educação, vocês vão até aqui. Saúde, vá até aqui. Segurança, vá até aqui. Conselho Tutelar, vá até aqui. Ministério Público e Judiciário, vão até lá. A gente precisa de um sistema de garantia de direitos que funcione como um todo, para que de fato a gente consiga proteger as infâncias, o futuro do nosso estado. Isso se faz por meio de articulação, capacitação, condições de enfrentamento e condições de trabalho. Afinal de contas, deputado, proteger as infâncias é investir no futuro. Mais uma vez, muito obrigado. Nós continuaremos na luta pela proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes de Mato Grosso do Sul. Um abraço.

**PRESIDENTE** (deputado Pedrossian Neto - PSD) — Está reaberta a Sessão (11h41min). Vamos em frente...

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Pedrossian Neto - PSD) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Adriano, eu quero parabenizá-lo pelo discurso e também pelo brilhante trabalho dos conselheiros tutelares em defesa das crianças do nosso estado. Nós já participamos pela Unale da Fenacria, em Goiás. Eu fiz um evento aqui. O senhor esteve aqui, fez um discurso em defesa das crianças. Hoje, a Unale criou a Fecriança, uma frente nacional que envolve todos os parlamentos, inclusive o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Câmara de Vereadores e as assembleias. Semana passada ocorreu a posse e a instalação da frente, nós vamos movimentar todos os municípios do país, em parceria com os conselheiros tutelares, para avançar muito na defesa das crianças e dos adolescentes. Sabemos que os índices de violência, da criminalidade, do estupro, do assédio, enfim, são muito agressivos. Então, a frente foi instalada, a deputada Tia Ju, do Rio de Janeiro, é a presidente, eu sou o vice. A Tia Ju participava conosco da Fenacria. Nós temos certeza de que vamos avançar na defesa das



crianças. Este é o momento de colocar uma lupa muito especial em cima disso, principalmente onde as pessoas acham que não existe problema. O tráfico de crianças é outro problema. Muitas crianças estão sendo agredidas, violentadas dentro dos seus lares, muitas vezes pelo próprio pai, pelo padrasto, por irmãos, e muitas vezes de maneira silenciosa, porque a vítima tem medo de denunciar, tem medo de falar. A Fecriança está avançando para acudir e salvar crianças vítimas de violência. Conte conosco aqui neste Parlamento. Conte com a Fecriança. Parabéns, pelo trabalho que vocês fazem em Mato Grosso do Sul.

**SENHOR ADRIANO FERREIRA VARGAS** (presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de Mato Grosso do Sul - Acetems) — Obrigado, deputado.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Um aparte?

**SENHOR ADRIANO FERREIRA VARGAS** (presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de Mato Grosso do Sul - Acetems) — Sim, deputado.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Este tema é de muita relevância. Em seu nome, quero cumprimentar os demais conselheiros tutelares que militam por esta causa. Cumprimento também a minha amiga Carol Calache. Muito bom tê-los nesta Casa. Mas esse tipo de crime que você aborda aqui hoje é repugnante. Imaginar que em pleno 2025 nós estamos discutindo esse tipo de assunto é preocupante. Mato Grosso do Sul quer ter cidadania e ao mesmo tempo ostenta a liderança nacional da violência e da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Eu lhes pergunto: o que precisa acontecer para essa sociedade despertar e enxergar esse crime? Eu vejo aqui tantos deputados, a deputada Lia Nogueira, a deputada Gleice Jane, o deputado Lidio Lopes, a deputada Mara Caseiro. Esses colegas levantam este tema. Eu sei da preocupação das instituições de Estado. Mas o que falta para o despertar da sociedade sul-mato-grossense acontecer? É necessário polícia? É necessário o Ministério Público? É necessária a imprensa? É necessária a conscientização? Sim. Mas onde estão as famílias? Onde estão as pessoas? Por que a gente tem de levantar um tema tão repugnante como este e colocá-lo na Ordem do Dia? Quero parabenizá-lo por levantar essa bandeira. Muitas vezes as pessoas estão cegas e acham que esse problema não é delas. Muitos dizem: "Vamos esperar que outro denuncie. Eu não quero me meter nisso." E muitas vezes a gente está numa estrada, numa BR, e vê uma ação. Muitas vezes a gente passa em frente a um posto de gasolina e vê um caminhoneiro, vê ajuntamento de homens, vê meninas, e não diz nada. Acho que a campanha está correta ao dizer: "Erga a voz!". Porque, muitas vezes, a pessoa não sabe que está sendo vítima desse tipo de crime. Existe o Disque 100, que está subutilizado. Nós temos que divulgar todas essas ferramentas e ações. E, para encerrar, quero dar uma sugestão. Muitas vezes a gente trata do assunto no meio urbano, fala da capital, dos grandes municípios, mas está faltando muita ação para o interior, para as aldeias indígenas etc. Eu tenho andado por todo este estado. Recentemente, eu estive em uma aldeia, em Japorã, e vi a quantidade de crianças e adolescentes lá. É muito grande. Há problemas relativos ao abuso de álcool e de drogas. Há uma pobreza extrema.



Acho necessário levantar este tema. Conte com este deputado. Conte com os demais deputados aqui da Assembleia Legislativa. O crime de abuso e exploração sexual contra menores é inaceitável. Erga a voz! Proteja as crianças! Muito obrigado.

**SENHOR ADRIANO FERREIRA VARGAS** (presidente Acetems) — Muito obrigado, deputado. Muito obrigado a esta Casa e a todos os presentes.

**PRESIDENTE** (deputado Pedrossian Neto - PSD) — Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão (11h38min).